



**ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VIMIOSO
QUADRIÉNIO DE 2013/2017**

ATA NÚMERO CATORZE

----- ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VIMIOSO, REALIZADA NO DIA VINTE E SEIS DE FEVEREIRO DE DOIS MIL E DEZASSEIS. -----

----- Aos vinte e seis dias do mês de fevereiro de dois mil e dezasseis, pelas nove horas e trinta minutos, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, reuniu ordinariamente a Assembleia Municipal de Vimioso, conforme ponto 1 do artigo 27º da Lei número 75/2013 de 12 de Setembro, com a seguinte ordem de trabalhos. -----

----- Ponto Um) – PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA. -----

----- Ponto Um Ponto Um) Leitura resumida do expediente. -----

----- Ponto Um Ponto Um) – Apreciação e Votação da ata da sessão de 11 de dezembro de 2015. -----

----- Ponto Um Ponto Três) – Período para intervenções. -----

----- Ponto Dois) – PERÍODO DA ORDEM DO DIA. -----

----- Ponto Dois Ponto Um) – Informação escrita do Senhor Presidente da Câmara relativa à atividade municipal. -----

----- Ponto Dois Ponto Dois) – Apreciação e votação das “ Regras Aplicáveis à Assunção de Compromissos e aos Pagamentos em Atraso – Lei nº 8/2012 de 21 de fevereiro, republicada em anexo à Lei nº 22/2015 de 17 de Março”. -----

----- Ponto Dois Ponto Três) – Apreciação e votação do Projeto de Regulamento do Balneário Termal das Termas da Terronha. -----

----- Ponto Dois Ponto Quatro) – Outros assuntos de interesse para o município. -----

----- Ponto Três) - PERÍODO APÓS A ORDEM DO DIA. -----

----- Pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal, foi dado início à sessão. O senhor segundo secretário verificou as presenças. Estiveram presentes

os senhores deputados da Assembleia Municipal: José Baptista Rodrigues, Jorge dos Santos Rodrigues Fernandes, José António Cerqueira da Costa Moreira, Serafim dos Santos Fernandes João, Carlos Manuel Ataíde Fernandes, Manuel Fernandes Oliveira, José Carlos Vaz Gonçalves, António Emílio Dias, Aníbal Alves do Rosário, José Manuel Granado Afonso, Manuel João Ratão Português, Maria Merênciã dos Reis Rodrigues Machado, André Fernandes Ramos, Sandra Manuela Carvalho Vila, Luís Manuel Tomé Fernandes, José Manuel Miranda, Sérgio Augusto Pires, António dos Santos João Vaz, Natalina Neves Pires, Manuel Pascoal Lopes Padrão, José António Ramos Fernandes, Aníbal Augusto João Delgado e José Manuel Alves Ventura. -----

----- Estiveram presentes, de acordo com o ponto três do artigo quadragésimo oitavo da lei número cento e sessenta e nove de dezoito de Setembro, alterada pela Lei número cinco A barra dois mil e dois de onze de Janeiro, o senhor Presidente da Câmara António Jorge Fidalgo Martins e os senhores Vereadores António Augusto Torrão Vaz, Licínio Ramos Martins, Heleno da Costa Simões e Adriano Gonçalves Prada. -----

----- Faltou o senhor membro da Assembleia Municipal José António Vara Freire. -----

----- **Ponto Um) – PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA.** -----

----- **Ponto Um Ponto Um) – Leitura resumida do expediente.** -----

----- Pelo senhor segundo secretário, foi dado conhecimento da correspondência recebida desde a última Assembleia. -----

----- Usou da palavra o senhor Presidente da Câmara. Disse: “Relativamente à questão da correspondência enviada pela Câmara Municipal de Torre de Moncorvo, nós tivemos presente a declaração na reunião de câmara e, votamo-la favoravelmente. Em síntese, refere-se à questão do Parque Eólico em Moncorvo. Eu penso que esta Assembleia devia também pronunciar-se sobre essa questão. Como sabem o ICNF emitiu declaração negativa para esse parque eólico que beneficiaria os municípios de Moncorvo e Carrazeda de Ansiães. Seria oportuno que esta Assembleia Municipal pudesse também pronunciar-se favoravelmente sobre aquilo que os colegas de Torre de Moncorvo se pronunciaram”. -----

----- **Ponto Um Ponto Dois) – Apreciação e Votação da ata da sessão de onze de dezembro de dois mil e quinze.** -----

----- Pelo Senhor Presidente da Assembleia, foram referidas algumas correções a introduzir na ata. Colocada à votação, foi aprovada por maioria. Absteve-se o Senhor Presidente da União das Freguesias de Caçarelhos e Angueira por não ter estado presente na sessão. -----

----- **Ponto Um Ponto Três) – Período para Intervenções.** -----

----- Usou da palavra o senhor deputado José Manuel Granado. Disse: “Eu venho aqui manifestar a minha preocupação, a culpa não é nossa, e não venho para aqui acusar ninguém. É lamentável a segur

ança que têm as nossas aldeias. Ainda agora recentemente em Algosó foram assaltadas três casas, isto deve-nos preocupar a todos. Penso que isso já aconteceu em mais sítios, não sei como vamos fazer para resolver esse assunto. Não está nas nossas mãos evidentemente mas é uma preocupação e uma reflexão que eu deixo aqui à consideração de todos”. -----

----- Usou da palavra o senhor deputado Manuel João Português. Disse: “A minha intervenção vem no seguinte sentido: numa fase, numa época de grande pessimismo que atravessamos, pessimismo no sentido de abandono, de desertificação das regiões do interior, queria aqui deixar umas notas positivas em relação ao nosso concelho. Primeiro dar os parabéns à escola de Vimioso pelos bons e excelentes resultados que tiveram nos exames do ano passado. Faço parte do conselho pedagógico de outra escola e, ao analisarmos os resultados do distrito, vi que realmente a escola de Vimioso ficou muito bem colocada. Depois queria propor um voto de louvor à equipa feminina do Águia de Futsal que foram campeãs distritais e, pelos vistos, também estão apuradas para a final da taça. E, já agora e porque sou de Vimioso, não disse aqui na Assembleia mas, fiquei muito satisfeito por ver um membro da nossa Assembleia, como candidato à Assembleia da República, o José Freire. Também queria agora aqui deixar uma palavrinha porque vamos ter o nosso Presidente da Câmara a liderar o PSD distrital, fico muito satisfeito também por isso e que seja o início apenas dos mais altos voos do nosso Presidente”. -----

----- O Senhor Presidente da Assembleia colocou à votação o voto de louvor proposto, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade. -----

----- Usou da palavra o senhor deputado Jorge Fernandes. Disse: “ Só queria pedir um pequeno esclarecimento ao representante da Junta de Freguesia de Angueira no que toca à venda do antigo edifício da escola primária, porque na

consulta do documento da receita da câmara, vejo uma receita de dezassete mil euros e é relacionado com a venda desse imóvel. É um assunto que tinha sido aqui abordado ligeiramente, pergunto se foi feita alguma consulta à população, se não foi, provavelmente houve uma hasta pública, as propostas que apareceram só um pequeno esclarecimento em relação a isso. Em relação à candidatura do Senhor Presidente da Câmara, eu também fico contente por saber, entendo que, na minha opinião, é o autarca do PSD mais bem posicionado para o cargo pelo seu currículo pela sua competência e, portanto, também lhe desejo a maior das felicidades e o maior sucesso”. -----

----- Usou da palavra o senhor Presidente da União das Freguesias de Caçarelhos e Angueira, Sérgio Augusto Pires. Disse: “Para responder à questão levantada pelo nosso colega Jorge Fernandes, relativamente à venda da escola de Angueira, informo que o processo passou em hasta pública, o assunto foi discutido em assembleia de freguesia, os editais foram colocados, quer em Caçarelhos quer em Angueira e penso que a palavra também foi divulgada pela freguesia de que a escola estaria à venda. Na hasta pública, vinham lá as condições, os critérios para se comprar a escola.” -----

----- Usou da palavra o Senhor Presidente da Câmara. Disse: “Obrigado pelas questões. Começando pelo senhor deputado José granado, de facto a segurança preocupa-nos a todos. Eu mesmo, na quarta-feira, estive no aniversário da Unidade da GNR distrital em que até foram apresentados que os índices de criminalidade diminuíram o ano passado, mas eu próprio já fiz chegar ao comandante do posto da GNR, comandante Lopes, em Vimioso essa preocupação. Tem sido em Algosó e tem sido noutras localidades, infelizmente. Penso que as populações têm que elas próprias tomar outras medidas de segurança, estarem mais atentas, protegerem-se, mas obviamente que as forças de segurança vamos-lhes pedir, como já lhe pedi, para que tenham uma fiscalização ainda mais próxima das populações. Sabendo que esse tipo de assaltos têm ocorrido, nós sabemos perfeitamente já em alta noite, mas cria insegurança, cria medo, e cria receio nas populações. Relativamente à escola de Angueira, em reunião de câmara, o assunto foi debatido. Estamos a falar da escola mais recente, aquela que tem amianto que é o pré-fabricado, e colocamos duas escolas em hasta pública para venda na aldeia de Matela e na aldeia de Angueira, têm as duas a mesma tipologia. Na de Matela ficou deserta a hasta pública

como em Angueira também ficou deserta a hasta pública. O senhor representante, o tesoureiro da junta de freguesia, o senhor Manuel João foi informado e transmitiu à população, e até apareceram alguns habitantes de Angueira eventualmente interessados. O preço da hasta pública é o valor patrimonial do prédio. Numa primeira fase, para a escola de Angueira, também não apareceu nenhum interessado nem de outro lado qualquer. Posteriormente, veio um senhor mostrar interesse em adquirir a escola de Angueira. Ora, não havendo propostas na fase de hasta pública, a lei permite à câmara negociar diretamente com outras pessoas. A pessoa deu o valor, ainda não há escritura, o senhor já sinalizou, dezassete mil euros e portanto ainda não está a escritura feita. O valor é dos vinte e oito mil que era o valor patrimonial do imóvel e a seu tempo, quando o senhor tiver disponibilidade, faremos a escritura. É um senhor que tem recuperado outras escolas noutras localidades e que vive lá ou que arrenda ou aluga. O valor da venda será todo transferido, de uma forma ou de outra, para a União das Freguesias mas para ser aplicado na freguesia de Angueira. Já falamos com o presidente da junta e com o representante de Angueira no sentido de, nós não podemos transferir o dinheiro diretamente, mas uma obra que eles lá queiram fazer ou realizar nós transferimos essa verba para que possa ser utilizado, pois foi esse o compromisso do executivo e é isso que vamos fazer. Quanto aos cumprimentos e felicitações, eu apenas sou candidato, espero vir a ser o presidente da distrital fazer o meu melhor possível. O que nós pretendemos, a nível de distrito, é apresentar projetos mobilizadores para as populações. Obviamente que a democracia é assim, mas estejam descansados que eu não penso abandonar o meu concelho, nem estas funções tão breve”. -----

----- Usou da palavra o senhor Presidente da Assembleia. Disse: “Quero-lhe dar também os parabéns por ter aceitado esse barco, também não é fácil de controlar mas espero que tenha os maiores sucessos, e nós estaremos sempre a torcer por si. E já agora, se me permitem uma palavrinha, só para o senhor Presidente da União das Freguesias de Caçarelhos e Angueira a coragem que teve em aceitar a venda dessa escola, eu acho que isto seria um exemplo e a primeira venda que se fez, acho que se devia continuar a fazer isso. Nós temos as escolas nas aldeias que não estão a servir para nada que se estão a degradar todos os anos. Todos os anos gastamos muito dinheiro nessas escolas,

partem vidros, partem janelas e todos os anos a câmara preocupa-se por ter aquilo mais ou menos arranjado e todos os anos gasta dinheiro. Portanto, acho que seria boa ideia vender essas escolas, e é preciso ter coragem porque há pessoas que fazem os comentários que têm de fazer mas nós efetivamente estamos dentro dos assuntos, devemos saber defender essas situações. Por exemplo, na minha aldeia, há lá três escolas uma delas já se resolveu o problema, estão lá mais duas. O que estão essas escolas ali a fazer, sem gente sem serem aproveitadas para nada, podendo às vezes até aparecer uma família que queira ir viver para aquela aldeia e será mais uma família a ir viver para lá. Portanto, só lhe quero dar os parabéns, ao senhor presidente, pela coragem que teve de fazer essa venda”. -----

----- Usou da palavra o senhor presidente da junta de freguesia de Carção António Santos. Disse: “A propósito da candidatura do Senhor Presidente da Câmara a Presidente da distrital, com toda a sinceridade, não vou alongar-me em felicitações, isto porque dá mais trabalho do que outra coisa qualquer, só lhe desejo, de facto, um bom mandato, mas felicitações quero no fim apresentá-las porque sei que ele vai desenvolver um bom trabalho. Não é caso, se calhar, para desejar tanta felicitação porque é um cargo e eu já passei pela distrital, é um cargo que dá muito trabalho. Meus caros amigos, sempre ouvi dizer que quem não gosta de animais não gosta de pessoas, sempre, é lamentável com toda a sinceridade e a esta Assembleia devem ser transmitidos os problemas que preocupam os presidentes de junta. É lamentável a forma como, em tempo de caça, os animais são abandonados pelas aldeias, é uma dor de alma, uma dor de coração ver os animais a passar fome e alguns deles, eu já vi animais sem patas e cheios de fome. Claro que, a câmara municipal, através do canil, tem feito o seu trabalho na recolha dos animais. Mas para que os animais não fossem recolhidos, seria bom se as pessoas os tratassem com dignidade porque merecem. Há uma coisa que vos quero dizer, esses nunca vos hão-de ser infiéis. São infiéis os filhos, os pais somos aliás uns com os outros, esses animais que abandonamos nunca hão-de ser desleais, tenham sempre isto presente. Quero congratular-me por ter iniciado funções, penso eu, a equipa de um projeto contra a exclusão social sediada em Argozelo e que a câmara promoveu conjuntamente com a IPSS de Argozelo. Espero bem, e aqui sim, quero antecipadamente desejar à equipa felicitações e que tenham sem-

pre a preocupação de proteção e de criar condições para que os mais desfavorecidos não se sintam tão desfavorecidos. Relativamente às escolas, é constrangedor, ainda no mês passado, segundo informação que há bocado me deu o Manuel João, fechou oficialmente o Piaget de Macedo de Cavaleiros. Isto não tem retorno meus caros amigos, fechou o Piaget em Macedo, em campanha eleitoral todos nós e eu sou um deles acenamos com a bandeira, o governo fecha escolas. Se eu for do PS, digo assim o governo do PS fechou escolas, se eu for do PSD dizemos o PSD fechou escolas. Não têm retorno, acabemos com estes argumentos, infelizmente não há retorno. Infelizmente as escolas fecharam e só há uma solução é vendê-las. Com toda a sinceridade, quer esteja na oposição ou no poder temos que reconhecer, só há uma solução é vendê-las, porque se não acabam por cair de velhas. É lamentável que isto aconteça mas o que vamos fazer, ainda bem que a junta de freguesia, penso que é a primeira situação que se vive no concelho, ainda bem que a união das freguesias de Caçarelhos e Angueira abriu um precedente, eu vou enveredar pelo mesmo caminho”. -----

----- Usou da palavra o Senhor Presidente da Câmara. Disse: “De facto, a preocupação do abandono dos animais é crescente e felizmente que o canil intermunicipal tem feito um trabalho exemplar, mas é uma preocupação, grande. O senhor presidente da junta referiu-se à candidatura apresentada pelo Lar da Nossa Senhora das Dores de Argozelo que é o contrato local de desenvolvimento social mas eu registo que também a Santa Casa da Misericórdia de Vimioso viu aprovado um outro programa que é o da rede da intervenção social o RELIZ. São dois programas para o concelho que são extremamente importantes e, obviamente, que a câmara colaborará com as duas instituições naquilo que elas solicitarem e for pertinente. Devo dizer que, quanto à escola de Angueira, por exemplo, como souberam, foi público, esteve na comunicação social escrita e falada na página da internet da câmara decorreram as propostas de investimentos para o programa PROVER. Dizer-lhes que, no anterior quadro comunitário, nós conseguimos ir buscar dinheiro a dois PROVERS, um que era da Resíduos Nordeste que foi o Centro Interpretativo de Argozelo e o da Terra Fria, muitos dos investimentos no Parque Ibérico. Está definido que cada comunidade intermunicipal tem um PROVER. Portanto, somos nove municípios com PROVER, sabemos que vai haver muito menos dinheiro. A título de

exemplo, nós a CIM, recebeu uma proposta de um particular, penso que é para Coelhoso que a escola será semelhante à de Argozelo, e um privado comprou aquela escola à câmara de Bragança e tem lá um projeto com turismo rural. Esse vai criar empregos, vai criar desenvolvimento, vai criar, se quisermos, economia na região. É evidente que, volto a referir, sempre que as escolas tenham alguma utilidade prática e visível, e algumas têm, ou que possam vir a ter evidentemente, não vamos alienar esse património. Aquelas que não têm e que dificilmente se prevê que possam vir a ter, a responsabilidade obviamente que é da câmara porque é património municipal mas sempre em articulação com os senhores presidentes de junta. Se algum presidente de junta tiver algum edifício que veja que não se lhe possa dar utilidade e que haja interessados para fazer projetos de investimento ou de habitação própria, informem-nos. Já ninguém se lembra das escolas que existiram há sessenta, setenta ou oitenta anos, e hoje, em muitas delas, estão casas de habitação. Temos que acompanhar o tempo e não deixar degradar o património, como disse o senhor Presidente da Assembleia, fica sempre muito oneroso para as finanças da câmara municipal”. -----

----- No uso da palavra, o senhor Presidente da Assembleia solicitou ao Senhor primeiro secretário a leitura declaração do Parque Eólico da Torre de Moncorvo.

“Declaração de Impacte Ambiental Parque Eólico de Torre de Moncorvo.

Atendendo que foi proferido pelo Senhor Secretário de Estado do Ambiente, decisão desfavorável para a instalação do Parque Eólico de Torre de Moncorvo (PETM), proponho que os órgãos executivo e deliberativo do Município de Torre de Moncorvo, tomem posição sobre o assunto supra, por entender que a decisão ora proferida, lesa gravemente o concelho, devendo ser revogada e substituída por outra que contemple a protecção ambiental com os investimentos a realizar.

Assim:

O PETM não está incluído em nenhuma zona classificada pelo seu valor ecológico (Rede Natura 2000 ou Área Protegida) ou IBA (Important Bird Areas), conforme parecer emitido pelo SPEA e dista mais de 12km da mais próxima e

20km do Douro Internacional. Encontra-se parcialmente dentro da Zona Especial de Protecção do Alto Douro Vinhateiro, mas fora da área classificada.

O projecto é uma concessão de 50MW do Estado Português nos Municípios de Torre de Moncorvo e Carrazeda de Ansiães, tendo por objectivo atingir as metas energéticas e ambientais assumidas no protocolo de Kyoto e mais recentemente na conferência de Paris.

O investimento é de 92.000.000,00 € (noventa e dois milhões de euros) com financiamento garantido pelos investidores e com contrapartidas importantes para o município, na ordem dos 3.750.000,00 € (três milhões e setecentos e cinquenta mil euros) de contrapartidas regionais com a entrada em funcionamento do parque e uma renda anual de 2,5% sobre a produção. Investimento estrangeiro, garantido e aplicado numa região que passou a designar-se de “Baixa Densidade”, designação que permitia aos territórios aí inseridos poderem beneficiar de algumas “regalias” bem como criar condições mais vantajosas para os investidores que aí quisessem investir. Decisões como esta sobre o PETM, uma concessão do Estado Português, reflecte uma política zigzagueante, onde instituições e técnicos fazem tábua rasa dos propósitos definidos pelo próprio Estado.

Acresce que, o impacto social esperado, para muitas famílias, a maioria reformados com magras reformas, tem um expectável acréscimo do seu rendimento com o pagamento de rendas e/ou aquisição dos terrenos, numa zona onde, infelizmente, a agricultura está a desaparecer e os solos são “áreas com afloramentos rochosos de grande dimensão” – cf. Parecer do ICNF.

O PETM recebeu pareceres favoráveis de todos os membros da Comissão de Avaliação, incluindo da CCDR-N responsável pelo impacto sobre o Alto Douro Vinhateiro, com exceção do ICNF que invocou três razões para tal;

O impacto visual sobre o ADV foi desde o primeiro momento a principal preocupação da Comissão de Avaliação e foi mitigado pelo promotor, sendo apenas visível, em maior extensão na zona do Pocinho, a mais de 12km de distância,

não sendo visível do rio Douro. De três quintas vinhateiras ou locais visualmente sensíveis apenas se podem ver parcialmente 2-3 aerogeradores.

O que hoje se procura proteger do homem foi por ele construído, nomeadamente os socalcos, e se não fosse a intervenção do homem, não existiria paisagem para proteger, pois foi o seu esforço, a sua dedicação em moldar o terreno, o suor e as lágrimas de várias gerações que criaram o Douro, como bem o define Miguel Torga.

Como refere o promotor, o ICNF para justificar as suas objecções em termos de avifauna sugeriu criar uma zona de exclusão de 50km baseado num estudo espanhol 2011 e nunca aplicado em Portugal ou no reino de Espanha em torno da zona de protecção de aves do Douro Internacional que distam a mais de 20km do Parque Eólico de Torre de Moncorvo, algo inédito em Portugal e que a ser aplicado cria sérios problemas ao desenvolvimento futuro de parques eólicos em Portugal e em particular no distrito de Bragança e na região de Trás-os-Montes.

Tal protecção visa proteger, perdoe-se a redundância, segundo o parecer do ICNF, que motivou a decisão desfavorável. “o impacte direto sobre aves de rapina ameaçadas, com afectação do território destas, risco de colisão com aerogeradores e com as linhas eléctricas, nomeadamente 2 casais de Águia-de-Bonelli, 1 casal **provável** de Águia-Real, 3 casais **prováveis** de Águia-Cobreira, 1 casal **provável** de Águia-calçada, 1 casal **provável** de Tartaranhão-Caçador, 1 casal **provável** de Peneireiro-Cinzento e 1 casal **provável** de Açor, espécies incluídas no anexo I da Diretiva Aves com exceção do Açor,” (negrito nosso).

Das prováveis existências, como se depreende do parecer, apenas surge uma certeza, a Águia-de-Bonelli, a qual existe em vários parques eólicos de Portugal, nomeadamente na Serra do Caldeirão com a maior comunidade da espécie em Portugal, encontrando-se os quatro parques eólicos aí existentes a menos de 1km da ZEP. De salientar que a convivência entre aves de rapina em Portugal com parques eólicos sempre foi e continua a ser positiva, não existindo registos

de afetações negativas sobre os habitats das aves de rapina existentes em Portugal.

A afetação da pequena comunidade de morcegos, como refere o Promotor no seu estudo, é mitigável com a proposta do próprio ICNF, a qual é implementada em todos os parques eólicos em Portugal com comunidades de morcegos, mas que o ICNF vem afirmar, que neste caso em particular é de difícil implementação técnica e economicamente inviável, o que não corresponde à verdade.

O ICNF foi igualmente a única entidade a dar parecer desfavorável, quanto ao habitat 9560 (Sobreiros), que são mitigáveis com a remoção dos aerogeradores implantados nessa zona conforme sugerido pelo Promotor, realçando que o ICNF noutros projetos mitigou este risco com a obrigatoriedade de plantar novos sobreiros na rácio de 1.25x por cada um abatido.

Por entender que a decisão desfavorável da implantação do PETM, provoca graves prejuízos para o concelho em geral e para as pessoas em particular, proponho o forte repúdio da decisão desfavorável emitida e motivada pelo parecer negativo do ICNF, e que as deliberações tomadas pelos respectivos órgãos municipais sejam enviadas para todos os municípios das CIM's do "Douro" e de "Trás-os-Montes", Associação Nacional de Municípios Portugueses (ANMP), Secção de Municípios com Áreas Protegidas, bem como à tutela, nomeadamente Ministério do Ambiente, Ministério da Economia e Ministério dos Negócios Estrangeiros.

Paços do Concelho e Vila de Torre de Moncorvo, 05 de Janeiro de 2016

O Presidente da Câmara Municipal

(Nuno Gonçalves)

----- Usou da palavra o Senhor Presidente da Assembleia. Disse: "Depois da leitura feita pelo Dr. Cerqueira, perante esta declaração da Câmara de Moncorvo, lembro que o nosso concelho também foi prejudicado por essas medidas

que de vez em quando não nos deixam fazer determinadas obras. Estou-me a lembrar disto porque ainda me está atravessado. Durante dezasseis anos, andamos a perder tempo e a gastar dinheiro ao município. Refiro-me à nossa barragem da mini-hídrica. Fez-se tudo por tudo. Devemos ser solidários com a Câmara de Moncorvo porque só unidos podemos ter algum sucesso nas nossas reivindicações”. -----

----- Usou da palavra o senhor presidente da junta de freguesia de Carção, António Santos. Disse: “Não é fácil repetir sempre aquilo que nos vai na alma, mas sinceramente sinto-me revoltado e sinto indignação absoluta por aquilo que o ICNF acaba de fazer. Porque este ICNF é o mesmo ICNF que deu parecer desfavorável à construção da mini-hídrica de Algosó, é o mesmo ICNF que deu parecer desfavorável à construção da estrada de Vimioso/Outeiro, é o mesmo ICNF que amanhã impedirá o desenvolvimento dos concelhos do distrito de Bragança, Guarda, Viseu dos distritos do interior. Não sabendo eu se este ICNF, se esta gente que está no ICNF são gente com consequentes nomeações políticas, gostaria de o saber. Primeiro gostaria de saber, aliás não há aqui ninguém do ICNF e naturalmente que estas respostas ficarão por dar, mas esta resposta se sim ou não, esta gente é nomeada se é da confiança política dos governos. Agradeço que seja prestada e se não formos capazes de a prestar ou se não estivermos, neste momento, de mãos dadas para isso que os procuremos por forma a eu ficar esclarecido. Porque é inconcebível que este ICNF seja o principal ou o único travão ao desenvolvimento e às grandes obras do nordeste do interior. Foi este ICNF que deu parecer desfavorável à Barragem de Veiguinhas em Bragança, embora a gente morresse à sede, é este ICNF que trava em tudo quanto é sítio independentemente de ser a mãe natureza a responsável por aquilo que se vê, ou ser a mão do homem como parece que é aqui o caso de Moncorvo independentemente disso é este ICNF que nos trava. Quando nós falamos de escolas que encerram, quando nós falamos de abandono do nordeste e do interior do país, é este ICNF que cada vez mais nos convida ao abandono, e é esta mensagem que temos de fazer chegar a esses senhores que não conhecem o país real, que não conhecem o nordeste que não conhecem o distrito da Guarda e o distrito de Viseu. Desculpem a paixão com que falo, mas esta gente não merece outro tratamento que não este “vão à borda da merda”, como diria o Vasco ou como diria o primeiro-ministro de

setenta e cinco, o almirante Pinheiro de Azevedo”. -----

----- Usou da palavra o senhor Presidente da União das Freguesias de Caçarelhos e Angueira, Sérgio Augusto Pires. Disse: “Compreendemos a revolta aqui do nosso caro colega Presidente da Junta de Freguesia de Carção António Santos. De facto é verdade, não se percebem as políticas dos governos e nesse caso do ICNF. Há uma questão que temos de ver Portugal é um país dependente dos combustíveis, ou seja, todo o petróleo, todo o gás que importa tem custos para a nossa economia e, sendo Portugal um país com grandes potencialidades a nível dos recursos renováveis, é uma pena não aproveitarem esses recursos, e não há dúvidas que essa zona vai beneficiar se essa proposta for avante, a economia vai beneficiar com isso. Acho uma pena realmente e acho que devemos manifestar o nosso repúdio, mais uma vez, com o chumbo de uma obra que seria importante para Trás-os-Montes. Portanto, acho que as palavras do António Santos foram mesmo sentidas e nós também devemos manifestar e apoiar, neste caso, o município de Moncorvo, porque nós também já sentimos na pele esses chumbos que continuamente fazem para com o interior de Portugal. Mais uma vez, o interior de Portugal é esquecido, somos sempre os prejudicados do que se pretende fazer. Continuaremos a ser sempre uma região desertificada e as pessoas vão abandonando esta região e nós temos que lutar contra isso. Por isso, concordo com tudo que foi dito aqui pelo António Santos, e acho que devemos manifestar-nos contra isso”. -----

----- Usou da palavra o senhor deputado Jorge Fernandes. Disse: “Eu quero, também, na qualidade de membro da Assembleia Municipal eleito pelo Partido Socialista repudiar e ser solidário com o município de Torre de Moncorvo relativamente a este parecer. Eu penso que estes pareceres provavelmente serão emitidos por gente que vive na capital, por gente que não sabe o que é viver aqui o dia-a-dia, por gente que não sabe o que é instalar aqui as suas empresas, por gente que vê as suas aldeias despovoadas completamente desertificadas sem ninguém, escolas sem alunos e, portanto, é gente que não tem a mínima sensibilidade, é gente que apenas tem sensibilidade para olhar para cartas militares e para ver o ninho de uma cegonha numa rocha e pouco mais importa. E, aqui, estamos a falar de desenvolvimento da região, estamos a falar de economia, estamos a falar de fixação de gente nos territórios, estamos a falar de desenvolvimento económico de uma região deprimida e, portanto, não

faz qualquer tipo de sentido um parecer desta natureza, porque vem contra todos os nossos objetivos, que é fixar gente, termos uma qualidade de vida, termos receitas nas nossas terras. No entanto, eu queria deixar aqui uma pequena sugestão ao senhor Presidente de Câmara: se calhar já tomaram essas iniciativas, eu sei que o senhor Presidente da CIM, o Dr. Américo Presidente da Câmara Municipal de Vinhais, tem travado algumas lutas também com o ICNF e, portanto, eu penso que possivelmente todos os autarcas do distrito em conjunto com o novo Ministério do Ambiente do atual governo, até porque seguramente no ICNF também haverá alterações de alguns dos órgãos executivos, não sei se é assim que se possa chamar, e sensibilizar este novo governo para estas questões práticas e da necessidade de rever um conjunto de situações que estejam ao alcance. Seguramente, estou certo, de que haverá alguma preocupação para no futuro olhar para este tipo de territórios do interior completamente desertificados. Está aqui um organismo, cuja missão nos últimos tempos tem sido travar e travar o desenvolvimento das nossas terras. Portanto, acho que está mais do que na altura de sensibilizar o atual Ministério do Ambiente para estas questões. Sei bem que já seguramente o fizeram, mas está aqui mais um caso em concreto de reforçar essa sensibilização para este tipo de questões”. -----

----- Usou da palavra o senhor deputado Serafim João. Disse: “Eu corroboro a duzentos por cento destas emoções fortes que aqui foram transmitidas. No entanto, queria fazer uma proposta, já que o ICNF consulta a associação da Águia-Bonelli, a associação das minhocas da terra fria, a associação dos pássaros amarelos, acho que devíamos criar aqui uma associação do ser humano em vias de extinção no interior. Se calhar, com a constituição dessa associação, isto em tom de brincadeira mas que é a sério, porque hoje dá-se mais importância a um morcego que vive na gruta, ao rato cabrera que vive não sei aonde, ao bucho que vivia à beira do rio, e o ser humano desgraçadamente, que ainda vai resistindo a viver no interior, levando bofetadas e pontapés de todos os lados. Depois, vêm os iluminados da Praça do Comércio de Lisboa ou dos Aliados do Porto e deixam-nos aqui de pés e mãos atadas. Desenvolvimento nenhum, depois queremos investimento estrangeiro cortam no nacional e andamos aqui feitos maluquinhos. Esta gente o que merecia era fazer a tal manifestação serena como se tem feito em Lisboa, e chegar a este pessoal

todo lá em baixo e dizer assim: meus amigos mas vocês querem ir a governar lá para cima, ou vimos nós a governar cá para baixo. É que só assim é que temos hipótese, porque nos deixamos ir, pacientes, pacientes, deixamo-nos moldar, e nós, infelizmente também a resistência pode ser muita mas depois também tem limites. Acho que é nesta base que se deve fazer chegar ao futuro Presidente da República, ao senhor Primeiro-Ministro atual que pode ter outras ideias, ao ICNF que já lá anda há vinte anos a prejudicar-nos. Acho que é um momento que já o devíamos ter feito, mas também o fizemos na altura em que fomos prejudicados nas várias vertentes e nos vários investimentos porque há sempre, nem que mais não seja uma andorinha que vem fora da primavera, lá estamos a ir por água abaixo o investimento e milhões e milhões que tanto precisávamos”. -----

----- Usou da palavra o senhor deputado Aníbal Alves do Rosário. Disse: “ Desde que eu tenho andado por esta Assembleia Municipal, raro é o ano que não temos assuntos semelhantes a este. Já no anterior mandato do Presidente da Assembleia, tivemos um caso semelhante. Já falamos nisto não sei quantas vezes com a mesma emoção com que hoje o António Santos falava e continuamos a ser impotentes perante isto que se nos depara. Concordo com tudo o que foi dito aqui, mas a minha proposta é o seguinte: quantas economias há pelo nosso concelho por este interior desaproveitadas, como as energias limpas que podíamos todos viver melhor. Será mais importante o morcego, salvo seja que eu gosto de os ver, ou a cegonha ou a águia-bonelli também gosto de a ver a voar, ou o homem? O homem que é um ser que trabalha por aqui, vive por aqui, trata e humaniza o próprio território que todos nós gostamos de ver tratado, trabalhado ou estes animais, ou estes seres que também têm a sua razão de ser. Mas penso que a Câmara de Moncorvo fez uma exposição muito bem feita. Devemos ser solidários com eles, outros casos que eventualmente surjam amanhã ou passado ser solidários, e quando nós precisamos se nos pedirem auxílio dessa forma de maneira a que todos nós possamos sossegar esta nossa impotência perante o ICNF, perante os técnicos de gabinete (como eu lhe chamo) que vivem daquilo e até bem pagos, tanto quanto eu sei, e nós todos temos de pagar impostos para eles. Há anos, olhávamos para a Sanábria e não víamos lá nada. Hoje, os nossos vizinhos têm parques eólicos fabulosos, e não só eólicos, têm também hortos fotovoltaicos que são um assombro. Nós

portugueses, e principalmente os que estamos aqui a viver, não passamos de burocracias! Há uma desmotivação tão grande com a burocracia que estes projetos, que criavam postos de trabalho, criavam economia nacional, pagavam impostos, deixam de se fazer. Isto realmente era bom que se fizesse sentir nos grandes centros, que é quem decide e que realmente todos nós possamos ser solidários com a Câmara de Moncorvo. E se for necessário realmente ir para a rua porque parece que hoje em dia só entendem os barulhentos esses conseguem levar a água ao seu moinho, mas de qualquer forma nós aqui somos pacíficos, mas temos que deixar de ser”. -----

----- Usou da palavra o senhor deputado Manuel João Português. Disse: “Concordo com tudo o que aqui foi dito e fico extremamente revoltado com os vetos que o Instituto da Conservação da Natureza anda para aí a lançar dia a dia. Já agora, estou a lembrar-me de um documentário que vi uma vez na National Geographic sobre a Amazónia. Andava lá um grupo de pessoas a derrubar árvores, e vai um jornalista e questionou: ouçam lá, vocês não sabem que ao derrubar árvores estão a pôr em risco a vida da terra amanhã? Eles disseram assim: nós sabemos e eles também sabem, só que se eles não derrubarem árvores hoje não têm que comer amanhã. Em Moncorvo, não há derrube de árvores, portanto, não tenho formação científica nesta área de ambientalismo, mas sei que há parques muitos parques eólicos em Portugal e na Espanha, aqui bem perto de nós, que a vida animal continua a existir com os parques eólicos com a vida animal e cria-se riqueza. Acho que nós devíamos dar e, toda a gente já disse aqui, uma palavra de apoio à Câmara de Moncorvo a ver se por todos conseguimos que o projeto vá para a frente”. -----

----- Usou da palavra o senhor Presidente da Assembleia. Disse: “Quem gosta mais do nosso território se não nós? Recordo-me de pequenas charcas que foram feitas ou retenções de água que foram feitas aqui no concelho. Até aqui, nessas zonas, não havia patos, não havia garças, não havia galinhas de água e agora já há bastantes, pelo que o impacto é positivo. Quando passo por esses locais, vejo mais vida. Pelo Senhor Presidente, foi colocado à votação a *Declaração de Impacte Ambiental do Parque Eólico de Torre de Moncorvo*, tendo sido aprovada por unanimidade. -----

----- **Ponto Dois) – PERÍODO DA ORDEM DO DIA.** -----

----- **Ponto Dois Ponto Um) – Informação escrita do senhor Presidente da Câmara relativa à atividade municipal.** -----

----- Estando todos os membros na posse da informação, não houve intervenções.-----

----- **Ponto Dois Ponto Dois) – Apreciação e votação das “ Regras Aplicáveis à Assunção de Compromissos e aos Pagamentos em Atraso – Lei nº 8/2012 de 21 de fevereiro, republicada em anexo à lei nº 22/2015 de 17 de março.** -----

----- Usou da palavra o senhor Presidente da Câmara. Disse: “Como os senhores deputados já puderam verificar pela documentação que foi enviada pela Assembleia Municipal, trata-se de questões meramente técnicas. A lei obriga a declarar que todos os compromissos plurianuais existentes a trinta e um de dezembro do ano anterior se encontrem devidamente registados na base de dados central de encargos plurianuais, o que se verifica bem como a identificar a declaração emitida para o efeito de forma individual de todos os pagamentos, recebimentos em atraso existentes a trinta e um de dezembro do ano anterior, também está devidamente feito. Como a lei o exige, teríamos que dar conhecimento à Assembleia Municipal até trinta e um de janeiro. Como podem verificar pela documentação, foi deliberado, na reunião ordinária da câmara municipal no dia doze de janeiro do corrente ano. Trata-se apenas de questões meramente técnicas”. -----

----- Não tendo havido intervenções/pedidos de esclarecimento, o senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto à votação, tendo sido aprovado por unanimidade. Colocado à votação em minuta, foi o mesmo aprovado por unanimidade.-----

----- **Ponto Dois Ponto Três) – Apreciação e Votação do Projeto de Regulamento do Balneário Termal das Termas da Terronha.** -----

----- Usou da palavra o Senhor Presidente da Câmara. Disse: “Este projeto esteve em discussão pública durante trinta dias. Só na reunião ordinária de câmara da passada terça-feira, porque tínhamos que aguardar esse prazo é que nós deliberamos aprovar o regulamento e as taxas inerentes aos serviços que vão ser feitos nas Termas de Vimioso. De referir que, fez na passada quarta-feira oito dias, que foi realizada a última vistoria pelas entidades de saúde ao

edifício, tendo verificado que estava tudo conforme. Já enviamos a informação para a Direção Geral de Saúde para que possa ser emitido o respetivo alvará de termas. A partir desse momento, nós já podemos com esse relatório considerá-las finalmente termas. Até aqui, era um balneário termal para o estudo médico hidrológico, embora elas fossem funcionando como irão funcionar em termos de termas. O regulamento é esse que aí está. Segue o modelo de outros regulamentos de outras termas e as taxas também estão mais ou menos de acordo. O intervalo de oscilação dos preços é muito curto àquilo que é praticado noutras termas do país. Sublinho que o período termal decorre sensivelmente de maio a outubro, não significa isso que as termas não funcionem todo o ano para o bem-estar. Não houve qualquer contributo durante o período de audiência donde colocamos, agora, à votação desta Assembleia o regulamento com as respetivas taxas, sendo que estas taxas são definidas na sequência do estudo de fundamentação económica para as mesmas”. -----

----- Usou da palavra a senhora deputada Maria Merênciã Machado. Disse: “Era só uns esclarecimentos muito pequenos sobre as indicações terapêuticas. No final da página quatro, fala das indicações terapêuticas e, depois na página cinco tem doenças reumáticas e músculo-esqueléticas, doenças do aparelho respiratório. Coloco uma interrogação: se ainda não chegaram à conclusão se terá também funções terapêuticas ao nível da dermatologia. É interessante que, popularmente, esta água era considerada para curar problemas de pele, com certeza que o estudo ainda não chegou a essa conclusão, por isso não estará aqui. Eu frequento a piscina de hidroginástica e ao lado tem um pequeno ginásio com máquinas e já colegas minhas me perguntaram: pergunta lá se essas máquinas e esse ginásio não é para ser utilizado, ou quem tem direito a utilizá-lo? Gosto muito da hidroginástica. Depois, há assim umas pequenas coisas, mas isso acho que é mais talvez de colocar lá umas portas que abrem completamente e impedem passagem dos balneários. Pequenas coisas: o fundo da piscina os azulejos saltam com muita facilidade provocando aqueles buracos. Nós também vamos colocando, aos funcionários, esses pequenos problemas que irão reparando à medida que vão surgindo”. -----

----- Usou da palavra o Senhor Presidente da Câmara. Disse: “Relativamente à questão colocada, pela senhora deputada Merênciã Machado, de facto se nós formos ver o que foi publicado, por coincidência, no dia dez de Agosto que

é o feriado municipal, as valências são essas porque os primeiros estudos sempre que se trata de termas tem a ver exatamente com estas valências. Sabemos que ele tem essas propriedades, em termos dermatológicos, mas em termos de termas, o que tem sempre, o que está à cabeça no topo dos tratamentos são estas que aqui estão. Vias respiratórias, músculo- esqueléticas, reumatismo tem a ver com isto, não significa que não possam ser feitos em termos dermatológicos. Aliás, a senhora Delegada de Saúde distrital, Dr.^a Inácia Rosa, colocou também essa questão e o que foi respondido pelos técnicos é que poderá vir-se a fazer o estudo em termos dermatológicos, mas o que é frequente, em termos de termas é esse estudo. O ginásio até agora, não funcionou porque não eram termas, exatamente por causa disso. A questão dos pequenos pormenores, às vezes, vai ser necessário, como já reparou já pusemos lá mais aquecimento porque os corredores eram frios, portanto, fizemos agora aquela receção e aquele bar que queremos começar a pôr a funcionar. Acho que tornou a estadia dos acompanhantes e até dos utentes das termas muito mais confortável. Agora, o caminho faz-se caminhando, na certeza de que vamos reunir com as unidades hoteleiras, turismo rural e outras do concelho, por forma a começarmos a fazer pacotes para que as pessoas possam vir. O ideal era que aparecesse um privado que quisesse investir. Não aparecendo, vamos trabalhando com os privados que existem porque penso que não é vocação da câmara estar agora ali a fazer um hotel. É isso que pretendemos fazer, valorizar também as unidades hoteleiras, por forma a terem mais gente aqui no concelho. Só para ver o que isto demora e por causa dos formalismos e das burocracias, a primeira vez que o senhor Presidente da Assembleia, então Presidente da Câmara e eu que o acompanhei como Chefe de Gabinete fomos a Lisboa, foi em dois mil e dois, setembro ou outubro de dois mil e dois. Vejam que estamos em dois mil e dezasseis. Catorze anos para ter um processo destes! E os sobressaltos e as preocupações que isto teve mas é o país em que estamos e, portanto, é neste que temos de viver é o nosso é o ICNF, são todas as burocracias neste país infelizmente, é tudo simplex mas depois na prática o simples não é assim tão simples, é muito complicado. A verdade é que estamos contentes por termos chegado até aqui e vamos tudo fazer para que esta, eu diria quase como a menina dos olhos do concelho, possa ser um atrativo”. -----

----- Usou da palavra o senhor Presidente da Assembleia. Disse: “Pois, de facto, é pena que quando iniciamos as termas, a mini-hídrica não tivesse tido o mesmo destino, mas não foi possível foi na mesma altura que começamos. Mas há coisas que ficam por aqui e que nunca mais uma pessoa esquece, e há outras que, de facto, uma pessoa olha e fica com alegria de as ver a trabalhar”.

----- Não tendo havido mais intervenções/ pedidos de esclarecimento, o senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto à votação, tendo sido aprovado por unanimidade. Colocado à votação, em minuta, foi aprovado por unanimidade. -----

----- Ponto Dois Ponto Quatro) - Outros assuntos de interesse para o Município. -----

----- Usou da palavra o senhor deputado José Manuel Granado. Disse: “Regozijo-me com as comemorações do Foral, todos nós nos regozijamos, mas só queria fazer aqui um pequeno pedido: além de Vimioso, também há outras terras no concelho que também têm foral, não lhes foi retirado o foral, e penso que será Algosos, Caçarelhos e Pinelo. O que eu pedia ao Senhor Presidente era que, nessas aldeias nesta comemoração ou noutras que fosse lá feito um pequeno evento, por exemplo, o Rancho Folclórico, a Banda de Música, ir lá só para lembrar às pessoas que também tiveram foral nos seus tempos áureos. Agora, duas pequenas coisas que a mim custa-me falar nelas mas tenho que as pôr aqui à Assembleia: é permitido aos funcionários da câmara exercer atividades profissionais em horários coincidentes com o horário laboral? Esta é uma questão que deixo aqui. Chegou há bocadinho um apelo de uma pessoa que vive cá em Vimioso que diz que lhe chove em casa, portanto a câmara se pudesse fazer alguma coisa por essa pessoa, eu depois falo com o senhor Presidente pessoalmente”. -----

----- Usou da palavra o senhor Presidente da Câmara. Disse: “Relativamente às questões colocadas pelo senhor deputado José Manuel Granado, relativamente à casa que chove até é mais do que uma infelizmente, lá em cima naquele bairro em frente ao Zé das Quintas. Na altura, no final do ano, tentamos lançar uma empreitada para resolver o problema, entretanto a questão dos fundos disponíveis na câmara no final do ano inviabilizou, e com esta chuva toda não tem sido possível intervir no telhado. São casas da câmara municipal, tão breve quanto possível, quando as condições nos o permitirem os funcioná-

rios da câmara já lá foram e vamos procurar resolver a questão. Quanto à questão se é permitido aos funcionários da câmara exercer a actividade em simultâneo com o seu horário, penso que quererá referir-se fundamentalmente a motoristas. Reuni com todos os motoristas, nós temos Clubes de Futebol, temos o Rancho Folclórico, temos transportes escolares e os motoristas acabam por fazer horários fora daquilo que é o horário normal, fins-de-semana e tudo mais, portanto têm direito a folgas, e muitas vezes raramente têm colocado horas extraordinárias, a não ser que seja mesmo um serviço pedido quase de um dia para o outro, porque como vocês sabem a inspeção não considerou o transporte dos clubes de futebol um transporte que está programado com antecedência, não considera isso trabalho extraordinário. Estamos até a estudar na lei, porque o permite, a questão de negociar com os motoristas o poderem compensar com os dias. Há motoristas que, por exemplo, chegam a juntar a oito e a dez dias de folgas, e há uns que pretendem gozá-los numa altura e outros noutra. Nós deixamos gozar em função das possibilidades e da disponibilidade da câmara. O que pode acontecer, mas haveremos de averiguar obviamente que levantou a questão, é que quando eles estão a exercer uma outra actividade estão fora do horário da câmara devido às folgas, eu penso que é isso que está acontecer. Fez bem em levantar a questão para esclarecer, porque eles têm direito a muitas folgas. Por exemplo, quando no verão nós temos que fazer o tratamento de água das piscinas e limpeza das piscinas temos que as fazer das seis da manhã às dez da manhã, ora esses funcionários que estão fora do horário deles são depois compensados com folgas e às vezes chegam a ter dez e quinze dias mais de férias. Porquê? Porque não é fácil gerir a questão do pessoal, e depois, às vezes, são trabalhos tão específicos que não é fácil encomendar serviço ao exterior. Se, de comum acordo com os funcionários se eles aceitarem estes horários que temos vindo a fazer, nós executivo agimos dessa forma. Transportamos o Águia, sai o Argozelo, o Águia tem os seniores tem os femininos, a banda, às vezes freguesias, outras vezes para transportar pessoas para ir ao IPO, ao Porto, quando é dos rastreios tudo isto é feito fora do horário normal dos funcionários e, portanto, eles têm que ser compensados de alguma forma. Como? Muitas vezes, eram compensados com horas extraordinárias, que era o que eles preferiam, obviamente, e nós sempre o fizemos, mas, a partir do momento que fomos alertados para a questão de

que não se tratava de trabalho extraordinário porque está antecipadamente programado, obviamente que isto nos revolta levanta alguns contratempos e tentamos gerir sempre com o acordo dos funcionários, sendo esta é a melhor forma de o fazer. Mas se isso acontecer nós teremos, obviamente, cuidado no sentido de resolver essa questão. Quanto às comemorações do foral, ainda bem que o referiu, podemos nalgumas outras localidades, penso que em Pinelo já é feito pela junta de freguesia que é em julho acabam por ter lá o dia da comunidade. É bom sempre relembrar a história. Agora, no caso particular do nosso querido Algosó, quer dizer o ter deixado de ser concelho não é uma boa memória, porque o foral institui concelhos, portanto estar a comemorar uma coisa que se perdeu, é só uma questão de história, mas acho que até faz sentido. Mas, já agora que levantou a questão do foral, eu devo dizer como decorreu este processo em que membros da Assembleia estiveram envolvidos, presidentes de junta de freguesias, ex-presidentes de câmara e ex-presidentes da assembleia municipal. Reunimos com todos eles, com os ex-presidentes da câmara e da assembleia municipal desde o vinte e cinco de abril até hoje, reunimos com os atuais presidentes de junta e com os representantes dos grupos municipais do PSD e do PS. Apresentamos qual era a nossa perspetiva das comemorações traduzida no programa. Informamos que as comemorações não se vão restringir ao dia cinco de março, esse é o dia grande se quisermos porque tivemos a sorte de coincidir com um sábado e facilita. O que aí está no convite é o programa que esperamos cumprir nos dias cinco e seis de março, portanto haverá, às duas da tarde, a Banda Filarmónica dos Bombeiros que tocará o Hino Nacional e assistiremos ao hastear da bandeira. Depois, neste salão, vamos colocar ao centro um quadro com os nomes dos presidentes de junta de todas as freguesias desde o vinte e cinco de abril, até hoje. Vamos colocar os ex-presidentes de câmara e temos fotografias desde o Estado Novo desde mil novecentos e trinta e seis, trinta e sete até hoje, mesmo das comissões administrativas de setenta e quatro e setenta e cinco, e no lado esquerdo vamos colocar os ex-presidentes da assembleia municipal desde setenta e quatro até à atualidade. Vamos colocar uma placa evocativa dos quinhentos anos do Foral de D. Manuel e, terminada essa pequena cerimónia aqui no salão nobre, vamos para a Casa da Cultura onde decorrerá um debate têm aí o tema, futuro dos municípios do interior, despovoamento, todas estas problemá-

ticas. O debate vai ser moderado por dois jornalistas do distrito o João Campos e a Cátia Barreira. Participam o Professor Costa Andrade, o Professor Arlindo Cunha conhecem ex-ministro da agricultura, ex-deputado europeu, um ex-secretário de Estado da Administração Local do Governo PS, Dr. José Junqueiro e o ex-secretário de Estado da Administração Local do Governo PDS/CDS, Dr. António Leitão Amaro. Portanto, serão essas quatro pessoas que participarão no debate. Obviamente que está aberto a todos, gostava que todos pudessem estar, porque depois haverá também um período para colocar algumas questões para se poder interagir com o público que estiver a assistir. No final desse debate, três professores da Faculdade de Letras do Porto a quem encomendamos um estudo sobre o Foral Manuelino, mas que só ficará concluído mais tarde. Vão apresentar já esse estudo, eu digo mais tarde a publicação do livro do Foral. Depois haverá um jantar volante, um lanche ajantarado, nas galerias da Casa da Cultura. Obviamente que todos estão convidados e também para aqueles que vão ser homenageados. A partir das vinte horas, iniciaremos as homenagens a ex-autarcas, todos os presidentes de junta falecidos e, obviamente, os vivos desde o vinte e cinco de abril até hoje. Depois vão ser homenageados os Presidentes da Assembleia Municipal e Presidentes de Câmara, instituições e individualidades. Quer as instituições quer as individualidades foram de comum acordo com aquilo que foi referido nas várias reuniões que tivemos, como já lhes disse com os Presidentes de Câmara e com os Presidentes da Assembleia e na própria reunião de câmara. A nossa perspetiva é homenagear fundamentalmente o povo do concelho de Vimioso, isso queremos fazer no dia nove de Agosto. Porque não no dia dez que é o dia do município, porque há o concurso dos bovinos, há a feira há muita confusão, então é no dia nove de Agosto à noite. Pretendemos fazer uma homenagem ao povo e no dia nove estamos a preparar um mural com dez painéis de azulejo relativamente a história de todo o concelho: religião, cultura, economia, etc. Pedimos ao professor Luís Canotilho do IPB para nos fazer esse estudo e ser ele próprio depois a pintar. Pretendemos inaugurar esses painéis no dia nove à noite. Depois, no Parque Municipal, queremos fazer o concerto ao emigrante que já é tradicional por parte da Banda Filarmónica e vamos homenagear aqueles que não puderam ser agora que não puderam estar, mas homenagear também todas as IPSS's do concelho, homenagear os Clubes de Futebol, as Associações

Culturais. É um ano especial fazemos quinhentos anos, homenagearemos, outras por exemplo, a cooperativa mirandesa, outras instituições não de carácter privado, e envolver também os nossos emigrantes que nessa altura estão cá. O objetivo é envolver o máximo de população e é esse o dia que nós estamos a pensar para fazer essas actividades. Isto não significa que, se não houver oportunidade, não possamos fazer outras iniciativas, mas para já os dois dias grandes serão esses o dia cinco de março, o nove e o dez de Agosto à noite porque acho que nós devemos, também, esse contributo e esse carinho pelos nossos emigrantes para que também eles possam estar. Gostávamos que estivessem todos presentes. O concelho tem aqui um dia especial, único, para mostrar a sua vitalidade e a sua vontade de continuar como concelho, e isso é que a nós nos deve preocupar. Há momentos em que a disputa político-partidária é normal, em democracia e deve ser assim, mas há momentos em que o município está claramente acima de tudo o que seja e, portanto, quanto mais visibilidade dermos a estas iniciativas, eu penso que é de todo importante para o concelho e gostava de os ver a todos”. -----

----- **Ponto Três) – PERÍODO APÓS A ORDEM DO DIA.** -----

----- Usou da palavra o senhor Altino Silva. Disse: “Antes de mais nada, estou aqui como vimiosense, e também a exercer o direito de cidadania que é aquilo que tenho procurado sempre fazer ao longo da minha vida. Só para de facto quem não me conhece desde os vinte e poucos anos que assim o faço e também já estive sentado nalgumas dessas cadeiras, na assembleia municipal, quando fui eleito em setenta e sete ou setenta e oito. O que me traz aqui hoje é um assunto que talvez não sei se alguma vez foi discutido aqui nesta assembleia, mas é a revitalização do mercado municipal. É uma infra-estrutura importante para a vila e o seu concelho. Não se compreende o seu estado de inatividade. Tem neste momento uma banca de peixe, por sinal a funcionar num local que não é confortável para quem vende nem para quem compra principalmente no inverno. Existe, no mercado municipal, um espaço próprio para tal fim, mas está fechado esse espaço. Já perguntei a quem vende o porquê de estar onde está e não no espaço próprio destinado a peixaria. Como resposta, obtive o silêncio, sinal de que as pessoas, talvez em Vimioso, nem sempre possam falar. Será esta situação uma forma de revitalizar o mercado municipal? Falou-se na revitalização do mercado municipal nos meios de comunicação nomeada-

mente num canal de televisão através de uma associação AMARTES, com a comercialização do pão de abóbora denominado **Cachico**. A primeira pergunta que faço é: a associação AMARTES existe? Está legalmente constituída? Tem personalidade jurídica? Quem são os seus órgãos dirigentes? Onde é a sua sede? Será que é verdade ser tradição no nosso concelho o pão de abóbora? Que estudo foi feito para chegar a tal conclusão? Já perguntei a diversas pessoas bastante idosas e a verdade é que me respondem: isso é imaginação de algum curioso. Ainda relativamente à revitalização do mercado municipal, eu penso que é um caso sério e merece reflexão, assim como na zona industrial é vendido o metro a baixo custo, eu sugiro que se aluguem também as bancas a baixo custo a todos aqueles que devidamente legalizados pretendam vender os produtos produzidos no nosso concelho. Incentivar as próprias empresas sediadas no nosso concelho a colocar os seus produtos, a colocar uma banca de venda no nosso mercado. Existe o bom azeite comercializado na nossa aldeia de Santulhão mas não é comercializado aqui na nossa vila, existe uma empresa não só em Portugal conhecida mas já internacionalmente, a Bioápis que produz o mel, vende mas não tem uma banca onde esse produto seja comercializado. Posto isto, deixo à consideração desta assembleia e também ao executivo estas questões, e tudo isto e estas questões que coloco é única e simplesmente por uma razão, é que gosto muito de Vimioso e gosto muito do meu concelho”.....

----- Usou da palavra o senhor deputado Jorge Fernandes. Disse: “Relativamente aos produtos, cito duas empresas, o caso do azeite e o caso do mel e não ter a sua banca de produtos, isso penso que passa um pouco pela estratégia dos empresários, podem ter ou não ter a vontade em ter a tal banca, e escolher os determinados estabelecimentos comerciais onde colocar os seus produtos à venda se lhe compensa ou não. Portanto, esse ponto passa pela estratégia dos empresários, claro que eu defendo que quanto maior for a promoção nos produtos locais no concelho melhor, mas nesse ponto depende da motivação e da estratégia de cada empresa”.....

----- Usou da palavra o senhor Presidente da Junta de Freguesia de Carção António Santos. Disse: “Não querendo fazer desta intervenção motivo para nos prolongarmos em demasia nos trabalhos da assembleia, não quero deixar passar a oportunidade de lembrar ao meu conhecido e amigo de outras datas o

senhor Silva. Sendo eu uma pessoa que já militou em mais do que um quadrante partidário, em termos de responsabilidade autárquica, sendo eu uma pessoa que já militei da direita à esquerda, nunca senti aquilo que estará explícito quando o nosso concidadão diz que as pessoas em Vimioso terão medo de falar. Quando diz isso, eu não posso deixar de comentar que a questão não é oportuna, acerca de trinta e tal anos de que eu me lembro eu nasci na política ele também. Desde que me lembro, nunca senti quer da esquerda quer da direita, quer de cima, quer de baixo, que houvesse razões para perguntar, as pessoas em Vimioso têm medo de falar e que fosse pertinente esta questão". --

----- Usou da palavra o senhor Presidente da Câmara. Disse: "Agradeço ao senhor Silva esta intervenção, mas dizer-lhe, quando diz que o silêncio pode ser sinal de que as pessoas não possam falar, se ler os regimentos e a lei qualquer intervenção do público respeita a intervenções concretas e pontuais. O que o senhor Silva fez aqui, e bem, uma intervenção política e o senhor Presidente da Assembleia, e bem, deu-lhe o espaço todo para poder falar, sinal de que nesta casa que é a casa da democracia todos podem falar, e a casa da democracia não são só estas quatro paredes é todo o concelho. Portanto, não recebo lições de ninguém, e não as dou, sobre direito de expressão e de liberdade, não as recebo nem as dou porque o meu percurso fala por isso. Relativamente à questão do mercado municipal, ainda há dias eu dei uma entrevista a um órgão de comunicação social, o papel da câmara foi reabilitar o espaço e fê-lo, se as pessoas quiserem alugar o espaço têm que se dirigir à câmara municipal, nós já nos dirigimos às pessoas que o alugassem a preços simbólicos, não o querem fazer. Acabou de ouvir o empresário da Bioápis dizer que é uma estratégia dos empresários, mas eu lanço-lhe um desafio: constitua uma empresa e vá para lá vender os produtos que lhe alugo aquilo a título simbólico. Pode fazê-lo, pode comprar azeite, pode comprar mel, pode comprar amêndoa, pode comprar pão de abóbora e depois ir para o mercado vendê-lo. Alugamos-lhe o espaço a um preço simbólico. Pode fazê-lo o senhor Silva e pode fazê-lo quem quiser. Nós temos tentado promover o espaço e quando se organizou lá aquele mercado de pão de abóbora, foi no sentido, também colaborando com essa associação, de dinamizar o espaço. Infelizmente, por exemplo, os vendedores de peixe quase preferem continuar a vender de forma ambulante do que ir para a peixaria. Está lá o espaço quando quiserem é só dizer, e foi à reunião

de câmara o contrato está tudo devidamente especificado, portanto eu penso que se devia documentar sobre estes aspetos. Depois, relativamente à questão se o pão de abóbora é ou não é ancestral, quer dizer se se fala de Vimioso porque se fala se não se fala porque não se fala. Deixe falar do pão de abóbora, deixe falar das amêndoas e dos doces, ainda bem que há originalidade nas associações para falar do pão e, se Vimioso pudesse ser conhecido pelo pão de abóbora há algum problema nisso? Não há problema nenhum, ainda bem que há associações e gente dinâmica no sentido de valorizar o concelho. Quer dizer, vem aqui falar no direito de cidadania que deve exercer e todos devemos exercer, diz depois que é muito amigo de Vimioso, e não tenho dúvidas de que o é, mas ataca todos aqueles que fazem alguma coisa por Vimioso. Coloca em causa se a associação está legalizada se não está, quem são os seus dirigentes. Não pode ser assim, acho que tem que haver aqui uma atitude coerente. Então há associações a querer trabalhar pelo concelho, e você coloca em causa tudo e todos. Claro que estamos numa democracia e podemos colocar as questões todas, mas eu gostava de ver mais ação do que crítica. A AMARTES existe, do conhecimento que eu tenho está constituída, foi constituída no notário, está registada nas finanças, está registada na segurança social, mas porque é que não se dirige aos elementos da AMARTES a perguntar-lhe? Eu não sou sócio da AMARTES, há aqui sócios da AMARTES eu não sou. Mas a AEPGA está constituída? A ALDEIA está constituída? A PALOMBAR está constituída? Eu acho que estão, eu acredito na boa-fé das pessoas e acredito que as pessoas que o fazem, de forma voluntariosa, que é aquilo que precisamos em Vimioso, também precisamos disso sem qualquer apego a nada, apenas no sentido de colaborar e de promover. Agora eu convidava-o que se fizesse sócio das associações, desse as suas opiniões e que participasse, isso é que é também exercer plenamente a cidadania, mas evidentemente num país livre e democrático como somos, nós somos livres ou não de nos associar, e dizer-lhe novamente que no mercado, está a associação AMARTES, está lá numa das lojas do mercado porque não aparece ninguém para alugá-la. A associação de caça e pesca está numa das lojas do mercado porque ninguém aparece para a alugar. Está alugado um espaço a uma senhora que quer lá fazer umas sessões de fisioterapia. Portanto, o espaço existe está requalificado tem todas as condições legais que anteriormente à intervenção não tinha, ago-

ra sabe perfeitamente quem eram os talhantes que lá estavam, têm talhos próprios em Vimioso, e entre estar num local e estar no outro não podendo estar nos dois querem estar no deles, mas se quiserem ir para o outro terão uma renda a título simbólico. A função da câmara era disponibilizar um espaço acolhedor com todas as condições higiénicas e sanitárias que são exigidas e fê-lo, agora se souber de algum investidor que queira alugar espaço no mercado municipal diga-nos, porque se alguém quiser ir para uma loja dizemos à associação de caça ou dizemos à AMARTES que deixe a loja e nós arranjamos-lhe outro espaço, e vai para lá o investidor que o queira fazer. Agora dizer que não há lá azeite para vender, que não há lá mel para vender, se for aqui à unidade industrial do deputado Jorge Fernandes compra lá mel, ele vende lá mel tem lá um pequeno espaço tem lá numa loja para venda, e se for a Santulhão também compra azeite. Lá em cima o Hotel Rural tem lá esses produtos à venda na loja deles. É um privado que também quer vender esses produtos como tem lá os sabonetes de leite de burra. Nós temos que fazer o esforço, e penso que o temos feito no sentido de incentivar as pessoas, reunimos com as pessoas no sentido de apresentarem candidaturas ao PROVER, de poderem dinamizar e continuamos a dinamizar. Sabe como é que nós fazemos a promoção do concelho muitas vezes quando alguém nos visita, oferecendo-lhe uma pequena garrafinha de azeite, um pequeno frasco de mel, oferecendo uma garrafinha de licor, para quê? Para promover os produtos locais. E olhe que aqui há dias estive cá um senhor de Lisboa da famosa capital a provar o pão de abóbora e disse que o queria levar para as lojas dele para Lisboa, pode ser aqui um potencial o pão de abóbora”. -----

----- E, nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão pelas treze horas, da qual se lavrou a presente ata que, depois de lida e aprovada irá ser assinada pela Mesa da Assembleia Municipal.

O Presidente da Assembleia Municipal

O Primeiro Secretário da Assembleia Municipal

O Segundo Secretário da Assembleia Municipal
